

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1.ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Cidadania ambiental: cooperação sócio-cultural com índios Tembés de Santa Maria do Pará – Brasil

Cláudia da Silva (Universidade Federal do Pará)

Introdução

Este artigo objectiva apresentar os resultados das experiências cooperativas no âmbito ambiental e sócio-cultural, com os índios Tembés de Santa Maria do Pará, da região Amazônica brasileira, pois consideramos fundamental a compreensão de dinâmicas culturais que apresentam pactos com a natureza, baseados na solidariedade e no viver cooperativo. É importante mencionar que os resultados apresentados se encontram inseridos no projeto Laboratório Interdisciplinar de Educação Ambiental – LIEA, na Universidade Federal do Pará, no Brasil, cujo principal objectivo é tornar viável a praxis da educação sócio-ambiental. E também, é uma das bases para o desenvolvimento do projeto de tese de doutoramento Cidadania Ambiental: das diversidades culturais à identidade planetária, realizado na Universidade de Aveiro, em Portugal, que busca basicamente investigar a relação entre identidades culturais e a cidadanias (ambiental) em escolas multiculturais. O trabalho baseia-se, sobretudo, no conceito de cidadania ambiental como um conjunto de condições que permitem-nos a defesa e luta vitalícia para a continuidade da vida em suas múltiplas dimensões (biológica, social, humana, cultural, etc.) e dos recursos advindos da natureza biofísica (atmosfera, água, solo, flora, fauna, etc.), fundamenta-se, sobretudo, na noção de desenvolvimento local, solidário, cooperativo e contínuo.

Para além da escola, deve-se buscar também parcerias variadas, entre as quais destacamos as comunidades indígenas. O diagnóstico realizado na aldeia dos índios mostra que eles lutam com acentuada motivação pela permanência e continuidade da sua identidade indígena e são exemplos de resistência étnica. Hoje reivindicam legitimidade de direitos junto à sociedade, em especial destacamos: a marcação de território (reserva ambiental) e a escola diferenciada e bilingue (Língua Portuguesa e Língua Tupi-Tenetebara). Durante as etapas realizadas (diagnóstico participativo e elaboração dos objetivos a partir das necessidades), foi possível focalizar dois aspectos fundamentais, por um lado, a mobilização de conhecimentos e saberes socioculturais próprios contribuem para a conservação não somente da sobrevivência cultural, mas também física dos mesmos. E por outro lado, o desenvolvimento da autonomia e a da responsabilidade são fundamentais para a sustentabilidade ecológica, (Leff, 2006), expressas por eles através de actividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo vegetal, colocando-os na condição de

salvaguardas de pequenas faixas da natureza. Pensamos que essa proposta contribui para a consolidação de respostas concretas às demandas sociais, culturais, étnicas e educativas e pode contribuir para a construção da cidadania ambiental efectiva e plena que ultrapassa a concepção de cidadania apenas nas dimensões civis e políticas.

I. A região Amazônica: o locus da cooperação

Por outro lado, a região Amazônica é o maior conjunto contínuo de florestas tropicais do planeta, e também, possui a maior biodiversidade do mundo, conforme estudos desenvolvidos pela *Worldwide Fund for Nature* (WWF)¹, ela possui 67% dos mamíferos, 59% das aves e 32% dos anfíbios registrados, sem incluir aqueles que ainda não estão catalogados pelos pesquisadores (Meireles, 2004). Por outro lado, as ameaças à biodiversidade têm sido agravados pela exploração mercenária e irresponsável de seus recursos naturais, incluindo os humanos, ainda pautadas em um viés ideológico cornocupiano que se baseia na concepção de que os recursos naturais são ilimitados e a tecnologia é um remédio para todos os males.

Os problemas ambientais da região possuem causas múltiplas que vão desde a implantação de projetos minerais e agro-florestais até práticas predatórias (queimadas, poluição de florestas e rios), e afeta de maneira não positiva as populações tradicionais da região. Percebe-se explicitamente que as riquezas naturais têm sido concentradas nas mãos de pouquíssimos e as populações tradicionais permanecem às margens de processos de melhorias. É importante destacar que há aproximadamente 6 milhões de habitantes no interior da floresta: os seringueiros, que ainda extraem o látex artesanalmente; os ribeirinhos, que habitam nas beiras dos rios; os pescadores artesanais, que não se renderam à pesca mecanizada; os índios, que se ligam à natureza de forma simbiótica, entre outros. Povos que merecem posturas de respeito e cuidado com suas formas de vida. “A cultura da floresta tropical demonstra a relação de interdependência com o meio ambiente. É o resultado de milhares de anos de aprendizado, de cuidado com a terra, de carinho, de como aproveitar ao máximo os recursos naturais com o mínimo impacto ambiental possível...” (Meireles, 2005: 84).

No início do século XVI, os índios eram estimados em 2 milhões², expostos ao processo à colonização, às doenças, à escravidão, à apropriação de seus saberes culturais, etc. Essas mudanças atingiram as populações indígenas, provocando drasticamente a sua diminuição populacional, principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII. Nos séculos

1 A WWF foi fundada em 1961 por um grupo de pessoas preocupadas com a destruição da natureza. É uma das ONGs ambientalistas.

2 Cf. <http://www.ibge.gov.br/brasil500/indios/numeros.html>. Estima-se mais de 2 milhões de índios no século XVI.

seguintes, aqueles que restaram conseguiram resistir, mesmo apresentando mudanças culturais significativas, e ainda assim continuam a influenciar a cultura cabocla da região, ou melhor, confunde-se com ela, na gastronomia (tacacá, pato no tucupi), nas crenças e lendas (curupira, cobra-grande), na língua portuguesa que apresenta inúmeros léxicos das línguas indígenas (açai, bacuri, cupuaçu, muruci – nomes de frutas).

Podemos afirmar que o processo de conquista europeia das terras indígenas na Amazônia abalaram e transformaram suas culturas, mas não foi possível eliminá-las. Mesmo havendo o que se chama de sobreposição da cultura do branco à indígena, houve também a influência da cultura indígena à cultura branca, como por exemplo o dormir na rede e o tomar açai com farinha de mandioca, ou ainda, o usar adereços de contas e sementes nativas se mantêm até hoje entre os brancos, caboclos, mamelutos, quilombolas, e outros miscigenados, ou não, da região. Resistir culturalmente, em mais de cinco séculos, apresentando ainda traços identitários específicos é surpreendente e pode-se considerar como uma estratégia de sobrevivência além de cultural, também física. Conforme Meireles (2004: 89), hoje na Amazônia são estimados 210 mil índios, distribuídos em aproximadamente 150 etnias, com significativas diversidades desde língua até formas de viver, de se relacionar com a natureza e com os outros seres humanos. Por um lado, há aqueles que se aproximaram e se miscigenaram com o homem “branco” e, por outro lado, há aproximadamente 50 grupos, que nunca foram contactados e resistem em clareiras no interior da densa floresta ou nas beiras de rios.

2. Do desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento local, cooperativo e solidário

A discussão que permeia a noção de desenvolvimento sustentável, especialmente no seio acadêmico, evidencia contradições. Os enfoques são diferentes e por vezes divergentes e giram em torno do conceito da sua utilização de acordo com interesses específicos. Via de regra, aqueles que defendem o conceito não conseguem romper com a noção de desenvolvimento ligado ao progresso, onde a ênfase recai na dimensão meramente econômica e críticos do conceito o consideram como a nova emergência de estruturação econômica que utilizam o prefixo eco para justificar suas atitudes através do discurso da preservação ecológica e da equidade social. As reflexões acerca das questões ambientais na década de setenta encontravam-se polarizadas. De um lado os neomalthusianos que alertavam para o problema da escassez dos recursos naturais e, por outro, os cornucopianos³ que defendiam o crescimento ilimitado, negligenciando os seus custos.

3 *Cornucópia significa abundância, riqueza sem fim.*

O termo ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez por Maurice Strong, em 1973, para designar uma nova alternativa política para o desenvolvimento e para o meio ambiente, mais tarde o termo ecodesenvolvimento foi rebatizado de desenvolvimento sustentável pelos anglo-saxões. Neste contexto, destacou-se a contribuição do Clube de Roma, que formulou a tese do crescimento zero. Dennis Meadows coordenou um grupo de pesquisadores, em 1972, para a formulação das teses de conclusões básicas. Dentre as quais, que as tendências de crescimento acelerado industrial e populacional poderiam resultar em um declínio súbito de ambos os processos; mas que haveria a possibilidade de modificar essas tendências de crescimento, formando uma estabilidade ecológica, proporcionando a satisfação das necessidades dos indivíduos e a realização de seus respectivos potenciais. Essa tese preocupa-se com questões que envolvem o perigo do crescimento desenfreado da população global, propondo discutir a tese de Malthus sobre a incompatibilidade entre o crescimento populacional e a produção alimentar. Conforme Sachs (1992), passados poucos anos de uma curta história do conceito de desenvolvimento sustentável, percebe-se alguns avanços significativos, como por exemplo o progresso na institucionalização do gerenciamento, pois a maioria dos países já possuem ministérios e agências voltados especificamente para o meio ambiente. No entanto, resta-nos avaliar se os ministérios têm conseguido cumprir o seu papel de implementadores de políticas públicas ambientais com êxito e continuidade.

Vale ressaltar que, frente às ambiguidades na interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável, cada país, cada região, cada grupo social faz dele a leitura que seja compatível com seus interesses específicos. Assim, percebe-se que o conceito está sendo utilizado por grupos que possuem interesses distintos, mas o discurso casa-se perfeitamente com os seus respectivos objetivos. O conceito de desenvolvimento sustentável serve também para globalizar o discurso, tornando-o impessoal: "...Apregoa-se o desenvolvimento sustentável tanto credores como devedores, produtores e consumidores, empresários e empregados, as regiões ricas e pobres, os países do centro e da periferia. Enfim essa é uma nova unanimidade global" (Medina, 1994:15). Por outro lado Rodrigues (1995:42) afirma que: "...pode-se observar que grande parte, quiçá a maioria dos teóricos do 'desenvolvimento sustentável' propõe humanizar o capitalismo 'selvagem', democratizar a economia de mercado: uma espécie de desselvagenização do capital: como busca de solução aos problemas". Veiga (1991) vai mais longe em sua crítica ao desenvolvimento sustentável ao dizer que a utilização generalizada do termo advém da tomada de consciência das elites, que se apropriam do conceito sustentável para justificar os moldes do processo de desenvolvimento que lhes convém, ou seja, a noção de desenvolvimento como progresso industrial aparece com uma nova roupagem que traz consigo o prefixo eco.

A contradição do conceito está em como implementar seus pressupostos teóricos, dentro de um contexto que apresenta heterogeneidade marcada por processos de degradação ambiental orientados pela irracionalidade no gerenciamento dos recursos naturais; desigualdade socioeconômicas acentuadas pela má distribuição de renda, onde poucos concentram grande quantidade de capital e a grande maioria da população mundial vive em estado de pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento. E nossa crítica se desenvolve no sentido de questionar as reais possibilidades do desenvolvimento econômico, e de uma prudência ecológica concomitante à equidade social em nível global. Mas qual a alternativa de atingir concretamente as comunidades carentes? Afirmar que tudo é inviável e ficar de braços cruzados? Há uma saída para uma outra via de desenvolvimento? Ou a palavra desenvolvimento é tabu que não poderá ser mencionada? A partir da reflexão acima enunciada e a convicção que o desenvolvimento sustentável não responde concretamente às demandas bio-antropo-sócio-cultural (Morin, 2005), propomos para a comunidade que mantemos a cooperação uma outra via de sustentabilidade mais ampliada e concreta, ligada à praxis, baseada na solidariedade e autonomia, onde os sujeitos exógenos (representantes institucionais, poder público, empresas, etc) sejam colaboradores, apoiantes e não apropriadores dos saberes e fazeres locais.

3. Os sujeitos da cooperação: os Tembés

Os primeiros habitantes de Santa Maria do Pará⁴ foram os índios Tembés, que migraram da região da Vale Pindaré em direção às regiões dos rios Guamá, Capim, Alto Rio Gurupi e Maracanã, todos no estado do Pará, exceto o rio Gurupi que faz parte do Estado do Maranhão. Estes índios fugiram devido a ferocidade do Timbiras e Urubus, que eram seus inimigos irreconciliáveis, por se julgarem superiores aos Tembés que não tinham fama de guerreiros, franzinos e de baixa estatura, ao contrário dos Timbiras e Urubus que eram altos, grandes e fortes. Segundo relatos históricos e pesquisa documental, os Tembés são originalmente doces e portanto apenas se defendiam. Os conflitos acabaram por expulsar os Tembés da região do Pindaré, eles foram em busca de paz e começaram a formar assim várias aldeias, no Pará e em alguns municípios do Maranhão, todas localizadas as proximidades de rios, uns vivendo em reservas, outros vivendo em pequenos aldeamentos ou comunidades.

Durante o diagnóstico participativo, nossa inserção no campo da cooperação ocorreu via o contato inicial com o cacique da tribo Areal e em seguida com os outros sujeitos locais (mulheres, crianças, jovens, dentre outros), por conseguinte foi possível perceber

4 O município possui aproximadamente 71 mil habitantes e está situada em uma zona plana, pouco acidentada com boa drenagem superficial, possuindo 498 Km² de superfície, na micro região bragantina a leste do estado do Pará. A cidade é entrecortada por duas rodovias federais: BR 316 (Pará Maranhão) e BR 010 (Santa Maria/Salinópolis) e é banhada por dois rios: o rio Jeju e rio Maracanã, sendo o mais importante o Rio Jeju por atravessar o município.

que os Tembés estão sobrevivendo de maneira precária, sem assistência à saúde e à educação. Moram em pequenos lotes e uns ganham a vida como empregados nas fazendas, na pesca, no extrativismo, no cultivo da mandioca e na fabricação de farinha; outros vendem frutas nas estradas. Atualmente esses indígenas são reconhecidos pelo poder legislativo municipal e reivindicam para si os direitos de fundadores pioneiros de Santa Maria do Pará, a Terra dos Tembés. A aldeia de Areal recebe pouca assistência dos órgãos oficiais. Conforme relato do cacique há pouco tempo que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tomou conhecimento da existência desses aldeamentos. O grupo tenta se fortalecer e luta com bastante motivação para dar continuidade a sua cultura.

A aldeia Areal está situada a proximidade do rio Maracanã, possui 27 famílias com mais ou menos 250 pessoas, mas nem todos os indígenas vivem na aldeia, alguns optaram por viver na cidade e aderiram aos costumes do *homem branco*. No Areal existem quatro casas construídas com taipa padronizadas e são divididas em vários cômodos (sala, cozinha e quarto) o que foge aos padrões indígenas, pois grande parte dos indígenas da região Amazônica vivem em barracões (estilo de ocas) situadas em clareiras abertas no meio de floresta, com vegetação nativa e próximas de rios, o que lhes dá um razoável acesso aos bens naturais, principalmente, caça e pesca, para sobreviver conforme suas necessidades básicas. Na área externa foi construído, pela Comissão Indígena Missionária (CIMI), um barracão para reuniões da comunidade e onde os índios praticam alguns rituais indígenas (danças de agradecimentos à mãe natureza pelos bens adquiridos, festas destinadas à colheita da mandioca, passagem da menina moça, entre outras). Também foi construída uma casa de farinha com o objetivo de consumo próprio e produção em pequena escala para comercialização local. Há também uma área de terra com algumas plantações como a pimenta do reino, hortas caseiras, coco, laranja, açaí para o consumo familiar. A mandioca é plantada também para a produção da farinha e para a venda. A dieta alimentar dos índios se limita à dominância de peixe e farinha de mandioca, complementada por frutas típicas como pupunha, ingá, manga, caju, açaí e cupuaçu, além de legumes cultivados pelos mesmos em uma horta. O peixe é pescado através da pesca em matapis e se encontra escasso, levando-os a introdução de outros alimentos em sua dieta diária. A alimentação diária não tem hora certa para ocorrer, geralmente os adultos comem quando sentem fome sem seguir padrões fixos de horários pré-determinados. A caça já se encontra quase extinta no Areal, segundo o cacique Miguel “a caça já num tem mas, porque o homem mata tudo, até o fim, por isso num tem mais caça” (sic). Segundo relatos dos índios, nesta área somente algumas capivaras restaram das manadas que por lá habitavam, mas tende a desaparecer, porque são caçadas pelos homens da cidade. Ainda existe preguiça, tatu, macaco, porém alguns deles estão ameaçados de extinção. A água utilizada para as ne-

cessidades básicas diárias é retirada de um pequeno igarapé que apresenta sinais graves de contaminação por detritos fecais do gado da fazenda vizinha, afectando a saúde dos índios, especialmente das crianças.

4. Os objetivos: a partir das necessidades

Nesse contexto, os índios Tembés de Santa Maria do Pará, apesar de terem ficado expostos e susceptíveis ao processo de apropriação e negação de seus saberes tradicionais, lutam pela permanência e continuidade da sua identidade indígena. Hoje reivindicam sua legitimidade junto à sociedade amazônica e legalidade junto aos órgãos oficiais. Entre as suas atividades de resistência, podemos evidenciar a Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará – AITESAMPA, fundada em 2003 e que congrega duas aldeias: Jeju e Areal. Essa associação está empenhada na demarcação de território (reserva ambiental), educação diferenciada e bilingue (Língua Portuguesa e Língua Tupi-Tenetehara), acesso à saúde pelo órgão competente a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Infelizmente são obrigados a reivindicar seus direitos de cidadãos na lei do dito civilizado.

Propomo-nos a desenvolver uma cooperação entre profissionais da Universidade Federal do Pará (professores, alunos e técnicos) e os índios Tembés de Santa Maria do Pará, a fim de apoiá-los no fortalecimento da autonomia e a da responsabilidade para a sustentabilidade ecológica, (Leff, 2006), já desenvolvidas por eles através de atividades como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo vegetal, na continuidade e fortalecimento de suas condições de salvaguardas de pequenas, mas significativas faixas da natureza. A partir do trabalho realizado, consideramos válida a tentativa de confluir os conhecimentos ditos científicos com os saberes culturais indígenas, assumindo posturas de respeito à diversidade multicultural e anunciando a cidadania efectiva. Por um lado, na perspectiva da cidadania planetária com sentido de pertença à humanidade e, por outro lado, da cidadania local e solidária, para os seres humanos concretos e contextualizados, inseridos em processos de conquistas diárias e contínuas. Dessa forma, a cooperação local e solidária objetiva alcançar os seguintes resultados:

- a) A identificação de conhecimentos e saberes ambientais na Aldeia do Areal e ampliação de suas possibilidades de auto-sustentabilidade;
- b) O estabelecimento de trocas culturais que incorporem ações sobre o viver indígena e a relação que estabelecem entre si e com o meio ambiente;
- c) A divulgação dos Tembés de Santa Maria do Pará junto à sociedade, sua luta pelo reconhecimento da identidade indígena, pela demarcação do seu território e pelos seus direitos à saúde e à educação diferenciada e bilingue (Português e Tupi, Tenetehara);

- d) A elaboração de mini dicionário da língua tupi, tenetehara, com palavras da fauna e da flora local;
- e) A inserção de graduandos e professores da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, na temática indígena e sócio-ambiental através da elaboração e intervenção participativa de projetos de *recherche-action* na perspectiva de uma educação sócio-ambiental com respeito à diversidade étnica;
- f) A realização de eventos para socializar as experiências, com a participação dos envolvidos através da apresentação do artesanato, danças e rituais indígenas, imagens: fotos, documentários. Divulgação em eventos científicos e culturais, criação de uma página na Internet sobre os índios Tembés de Santa Maria do Pará.
- g) A contribuição na elaboração e implementação de projetos, quais sejam: criação de pequenos animais; agricultura familiar sustentável; água fonte de saúde e vida; plantas medicinais, um saber indígena e Língua e Identidade Cultural.

Pensamos que essa proposta possa levar-nos à percepção de dois aspectos importantes, por um lado, a biodiversidade e a diversidade cultural são dimensões indelévels e, portanto, é primordial “...valorizar essa diversidade biocultural” (Sauvé, 2005: 319). Por outro lado, o meio ambiente é o locus de partilha de parcerias entre sujeitos em potencial e, também, o local para instaurar as transformações desejadas pela coletividade endógena, pois projetos impostos de “cima para baixo” por sujeitos exógenos não têm sentido de pertencimento para os sujeitos locais e, ainda, podem obstruir as potencialidades e o valores inerentes à sustentabilidade com sentido de autonomia, responsabilidade e cooperação.

Bibliografia

- CARIDE, José Antonio & MEIRA, Pablo Ángel (2004). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa: Instituto Piaget.
- GHEERBRANT, Alain (1997). L'Amazonie um géant blessé. Paris, Gallimard.
- LEFF, Enrique (2006). Racionalidade Ambiental: reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MAIMON, Dália (1993). A economia e a problemática ambiental. In: Vieira, Paulo Freire e Maimon, Dália. As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade. APED e NAEA.
- MEIRELES, Filho João (2004). O Livro de Ouro da Amazônia. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- MORAES, Dulcinéia Nascimento (2005). Ressurgidos ou Resistentes? Uma Etnografia sobre as necessidades de uma educação indígena entre os índios Tembés em Santa Maria do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso do Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – (mimeo).
- MORIN, Edgar (2005). O método: as idéias / habitat, vida, costumes, organização. 4. ed. Porto Alegre, Sulina.
- MUÑOZ, Maritza Gómez (2003). Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. in LEFF, Enrique. Complexidade ambiental. São Paulo, Cortez,
- RODRIGUES, Edmilson (1995). Espaço ambiente intra urbano de Belém e qualidade de vida. UFPA/ NAEA (Dissertação de mestrado – mimeo).
- SACHS, Ignacy (1995). Estratégias de trânsito para o século XXI. In Bursztyn, Marcel (Org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Brasileira: 29–56.

- SILVA, Aracy L. & GRUPIONI, Luís D. B. (1995). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, MARI, UNESCO.
- SAUVÉ, Lucie (1996), Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educação_ambiental_e_desenvolvimento.html. Fonte: E-groups Educação Ambiental. Acessado em 21 de Abril de 2007.
- SAUVÉ, Lucie (2005). Educação Ambiental: possibilidades e limitações. São Paulo. Revista Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2: 317-322.
- VEIGA, José Eli (1991). A insustentável utopia do desenvolvimento. Ouro Preto/MG, (mimeo).
- VIOLA, Eduardo (1991). Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Leis, Héctor (Org.). Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro: Vozes.